

**Travessia Securitizadora de Créditos
Mercantis XXV S.A. (anteriormente
denominada Travessia Securitizadora
de Créditos Financeiros XXV S.A.)**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Com relatório de revisão dos auditores independentes

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.
(anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos
Financeiros XXV S.A.)

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A. (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.)

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.** (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.) (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.**, (“**Companhia**”), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização dos direitos creditórios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Instituições Financeiras e/ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), destinados à aquisição de créditos financeiros provenientes de operações de crédito inadimplidas adquiridas e/ou renegociadas.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desses direitos creditórios totalizava R\$ 1.132.968 mil. Devido à natureza desses ativos, os valores quando efetivamente realizados podem diferir dos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Nossa Opinião não está modificada a cerca deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.26 9/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC TSP-212.827/O-0

Baker Tilly 4 Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A
(anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos
Financeiros XXV S.A).

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	315.830	288.666
Impostos a recuperar	5	17.958	9.592
Partes Relacionadas		67	-
Total do ativo circulante		333.855	298.258
Ativo não circulante			
Recebíveis	4	1.132.968	697.669
Total do ativo não circulante		1.132.968	697.669
Total do ativo		1.466.823	995.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A
(anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos
Financeiros XXV S.A).

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	6	408	60
Obrigações tributárias	7	234	777
Partes relacionadas		3	1
Total do passivo circulante		645	838
Passivo não circulante			
Debêntures	8.2	1.466.177	995.088
Total do passivo não circulante		1.466.177	995.088
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	1	1
Total do patrimônio líquido		1	1
Total do passivo e patrimônio líquido		1.466.823	995.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A
(anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos
Financeiros XXV S.A).

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receta líquida	11	423.551	710.378
Custo dos serviços prestados	12	(452.155)	(739.891)
Prejuízo bruto		(28.604)	(29.513)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(7.865)	(21.473)
Despesas Tributárias	14	(23)	(198)
		(7.888)	(21.671)
Resultado operacional		(36.492)	(51.184)
Receitas financeiras	15.1	36.496	51.184
Despesas financeiras	15.2	(4)	-
Resultado financeiro		36.492	51.184
(=) Resultado antes das provisões tributárias		-	-
Resultado do exercício		-	-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	0,00000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A
(anteriormente denominada Travessia Securitizadora de
Créditos Financeiros XXV S.A).**

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A).

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos iniciais		-	-	-
Integralização de capital	9.1	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Resultado líquido do exercício	9.1	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Resultado líquido do exercício	9.1	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A).

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Custo sobre a carteira de créditos	131.114	407.566
Prêmio das debêntures	291.089	213.098
Aumento/(redução) no ativo:		
Direitos realizáveis	(566.413)	(698.360)
Impostos a recuperar	(8.366)	(8.875)
Sócios, administradores e pessoas ligadas	(67)	
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	348	(948)
Obrigações tributárias	(543)	530
Partes relacionadas	2	1
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(152.836)</u>	<u>(86.988)</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento		
Das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	-
Debentures	180.000	300.000
Fluxo de caixa proveniente atividades de financiamentos	<u>180.000</u>	<u>300.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>27.164</u>	<u>213.012</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	288.666	75.654
No final do exercício	315.830	288.666
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>27.164</u>	<u>213.012</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A.**, (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.) (**“Companhia”**), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 17 de fevereiro de 2022, e teve seu registro formalizado em 22 de março de 2022, data a partir da qual adquiriu personalidade jurídica

A Emissora tem por objeto social exclusivo (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais ou financeiras, oriundas de quaisquer contratos, títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de *hedge* em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Emissora, será permitida a recompra dos Créditos Mercantis por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Mercantis. Estão incluídas no objeto social da Emissora, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Mercantis supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (ii) a aquisição e a alienação de títulos representativos de Créditos Mercantis; (iii) a emissão, distribuição, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos.

Em 22 de abril de 2022, a Companhia formalizou instrumento jurídico para a aquisição destes créditos mercantis, emitindo 2.000.000 (duas milhões de debêntures) quantidade de debêntures, no montante de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais).

O valor Nominal das Debentures, não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus a um prêmio de performance, avaliado por um comitê de gestão.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2025.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i)** Custo amortizado;
- (ii)** Valor justo por meio do resultado;
- (iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos conta movimento	64	18
Aplicações financeiras (i)	315.766	288.648
Total	315.830	288.666

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa média mensal de 100% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Instituições Financeiras e/ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), cedidos para a Companhia por meio do Contrato/Termos de Cessão.

Os recursos oriundos da Emissão serão destinados para aquisição de Créditos Mercantis originados de operação de créditos inadimplidos adquiridos e/ou renegociados.

b) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo a seguir representa:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Anterior	697.669	406.875
Carteira de crédito	566.413	698.360
Baixa do custo sobre créditos realizados (Vide Nota Explicativa nº12)	(131.114)	(407.566)
Total	1.132.968	697.669

c) Aval

Os Direitos Creditórios foram cedidos sem coobrigação para Companhia, portanto não contam com Aval ou fiança.

d) Cessão fiduciária dos recebíveis

A Companhia vinculou os direitos creditórios ao pagamento das debentures, cedendo ao Agente Fiduciário, todos os direitos e obrigações presentes e futuras dos créditos, desde o início da operação. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve qualquer evento de pré-pagamento.

e) Regime fiduciário

Não foi instaurado o regime fiduciário visto que a operação é uma securitização financeira. A performance das Debêntures está atrelada a performance do lastro.

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

f) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Não se aplica. Por se tratar de uma operação cujo lastro é NPL, os créditos já se encontram inadimplidos e em processo de cobrança/ judicial.

g) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamento podem ocorrer por antecipação de valores pelos devedores da operação ou por gatilhos de amortização estabelecidos na Escritura de Emissão.

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios.

- **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

i) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures e outras obrigações existentes nesta transação.

5. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo negativo IRPJ	9.262	9.577
IRRF sobre aplicações financeiras	8.680	
Contribuições e Impostos a Compensar	16	15
Total	17.958	9.592

6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, referem-se aos montantes a pagar para os prestadores de serviços e consultoria no montante de R\$ 408 (R\$ 60 em 2023).

7. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	-	647
IRRF/PIS/COFINS/CSLL	234	130
Total	234	777

8. Debêntures

8.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 2.000.000 (bilhões de Reais) com a integralização de 2.000.000 (milhões) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

A 1ª Emissão série única será composta por 2.000.000 (duas milhões) de Debêntures;

a) Remuneração

O valor Nominal das Debentures não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus ao um prêmio de performance que será avaliado por comitê de gestão.

A liquidação dos juros e principal ocorre somente no vencimento, após um período de carência de 240 meses, contados da de emissão das respectivas emissões.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

8. Debêntures--Continuação

8.1. Condições da escritura--Continuação

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

d) Dação em pagamento

Na hipótese de não pagamento dos Créditos Mercantis adquiridos pela Emissora que constituem o Lastro das Debêntures, conforme descrito na Cláusula 3.6 acima, até a Data de Vencimento das Debêntures, a Emissora deverá comunicar a ocorrência do evento ao Agente Fiduciário, qual seja, o não pagamento dos Créditos Mercantis, e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. O Agente Fiduciário deverá adotar todas as medidas que sejam determinadas pelos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, para fins de recuperação dos Créditos Mercantis em caso de inadimplemento, o que poderá incluir, entre outras medidas: (i) a cobrança judicial ou extrajudicial dos respectivos Créditos Mercantis não pagos; (ii) a alienação dos respectivos Créditos Mercantis não pagos; (iii) o Vencimento Antecipado das Debêntures, a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado das Debêntures mediante a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos respectivos Créditos Mercantis não realizados nos respectivos vencimentos; (iv) aguardar o pagamento dos Créditos Mercantis não realizados e dos demais valores devidos aos Debenturistas; e (v) o exercício de quaisquer outros direitos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme o caso. Para fins de clareza, caso seja declarado inadimplência das Debêntures, ocorrerá a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos respectivos Créditos Mercantis não pagos nos respectivos vencimentos. Em caso de dação em pagamento dos Créditos Mercantis, a dação em pagamento será fora do âmbito da B3.

8.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior	995.088	481.990
1ª Emissão de Debentures - 1ª Série	180.000	300.000
Prêmios a pagar - Vide Nota Explicativa nº12 (i)	291.089	213.098
Total	1.466.177	995.088

- (i) O saldo de prêmios a pagar corresponde ao resultado acumulado da operação, os quais serão repassados aos debenturistas ao término da operação.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A., em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 28 de outubro de 2022 a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças.

Em 10 de março de 2022 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

9.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

9.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

10. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Receita líquida

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as receitas líquidas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita deságio sobre carteira de crédito	423.926	716.562
PIS e COFINS	(375)	(6.184)
Total	423.551	710.378

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A. (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custo de aquisição de carteira (Vide Nota Explicativa nº4.b)	(131.114)	(407.566)
Gestão de Carteiras (i)	(13.000)	(438)
Banco liquidante, Escriturador, Custo B3	(369)	(275)
Consultoria (ii)	(14.703)	(118.459)
Prêmios a Pagar - Vide Nota Explicativa nº8.2 (iii)	(291.089)	(213.098)
Cartório	-	(45)
Assembleia	(30)	(4)
Banco Mandatário	(13)	-
Serviço de Cobrança	(1.505)	-
Serviços de Engenharia	-	(6)
Segurança de Obra	(3)	-
Monitoramento de Obra	(43)	-
Outros Custos	(286)	-
Total	(452.155)	(739.891)

- (i) Referem-se à gestão ativa da carteira de recebíveis, envolvendo a administração, monitoramento e tomada de decisões estratégicas para otimizar a recuperação e o desempenho dos ativos;
- (ii) Referem-se a prestação de serviço na recuperação dos créditos da carteira de recebíveis;
- (iii) Referem-se ao resultado do exercício da operação, os quais serão repassados aos debenturistas ao término da operação.

13. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Auditoria e assessoria contábil	(204)	(164)
Honorários advocatícios	(4.413)	(19.176)
Serviços de informações	(97)	-
Anúncios e publicações	(45)	-
Consultoria	(336)	(1.201)
Viagens e estadias	-	(11)
Perícia	(31)	(3)
Cartório	(1.068)	(915)
Societário e paralegal	(326)	(3)
Cobrança de carteira (i)	(1.329)	-
Gestão Patrimonial	(9)	-
Seguros	(7)	-
Total	(7.865)	(21.473)

- (i) Referem-se a prestação de serviço na recuperação dos créditos da carteira de recebíveis.

14. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras Taxas Contribuições e Impostos	(11)	(193)
Tributos Federais	-	(5)
Tributos Municipais	(12)	-
Total	(23)	(198)

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis XXV S.A. (anteriormente denominada Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.)
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Receitas e despesas financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

15.1. Receitas financeiras

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendimento de aplicações financeiras	36.076	51.184
Juros Recebidos	65	-
Outras receitas	355	-
Total	36.496	51.184

15.2. Despesas financeiras

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Juros pagos ou Incorridos	(4)	(5)
Total	(4)	(5)

16. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

17. Relação com auditores

A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.